



CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS DAS REMOÇÕES DE FAVELAS NO RIO DE JANEIRO DURANTE A GESTÃO DE NEGRÃO DE LIMA (1965-1971)

NATHALIA PACHECO HERINGER*

A relação entre o Poder Público e as favelas no Rio de Janeiro é desde seu início marcada por conflitos. Embora esta seja uma realidade anterior à Primeira República, é a partir dela que observamos a preocupação de parte da sociedade em relação aos moradores de favelas e conseqüentemente, as medidas que o Estado tomou para modificar a estrutura daqueles locais. A questão principal e justificativa inicial era quanto à salubridade das favelas.

A partir do início do século XX, a pretensão do poder público para as favelas era a sua erradicação. Porém, é na sua segunda metade que os projetos remocionistas são estruturados com Carlos Lacerda (1960-1965), e em decorrência do golpe civil-militar, em 1964, torna-se uma política federalizada, ou seja, torna-se um projeto nacional.

As remoções não eram um medo novo para os favelados. No início da década de 1950 já haviam grupos de moradores organizados que trabalhavam nas associações que, por sua vez, buscavam representação e espaço para reivindicar junto ao poder público, medidas que levassem aos morros o saneamento básico, o acesso a transportes públicos e outras garantias básicas. A UTF (União dos Trabalhadores Favelados) e depois a FAFEG (Federação das Associações de Favelas do Estado da Guanabara) que foi fundada sob influência destes em 1963, foram dois dos eixos que ligavam o favelado ao Estado.

Há indícios, como podemos observar no trabalho de Mello, (MELLO,2014:182), de que o aparato das repressões durante a ditadura civil-militar impossibilitou o avanço dos diálogos entre a favela e o Governo da Guanabara. O “medo” do comunismo adentrar as favelas (local marginalizado e já visto como subversivo) e tomar força para servir de base para a esquerda, propiciou o investimento e aval da ditadura à opção da remoção na Guanabara. A luta da FAFEG era, em contrapartida, por uma centralização de reivindicações quanto à moradia e qualidade de vida dos cidadãos favelados e não tinham, segundo Mello, uma guinada a nenhum lado político.

Dito isto, podemos pensar no contexto político da cidade do Rio de Janeiro nas décadas de 1960 e 1970 como determinantes para o projeto urbano que foi aplicado. Com a criação de Brasília, o Rio de Janeiro perde a função de capital do país e adquire a função de cidade-estado com a fundação do Estado da Guanabara em 1960. Era a única existente em

* Mestranda no Programa de Pós Graduação em História Social do Território – UERJ/FFP.

toda a federação. Já na década de 1970, a cidade adentra novamente como capital do Estado do Rio de Janeiro. Tais movimentações colaboraram para que o espaço urbano das favelas fosse colocado em segundo plano na organização da cidade. A ideia era recolocar, segundo Mello (MELLO,2013:189), o Rio de Janeiro num âmbito internacional e reafirmar a “capitalidade carioca”, planejando a cidade em prol do turismo, e as favelas, por sua vez, ficaram entre o anseio de urbanização ou a remoção.

Pensando nos meados da década de 1960, logo após o golpe civil-militar, houveram as eleições municipais. Em dezembro de 1965, quando assumiu o governo da Guanabara, Francisco Negrão de Lima (PTB-PSD) foi saudado pelos moradores das favelas como a esperança de um novo projeto político em relação às remoções iniciadas pelo governador anterior, Carlos Lacerda (UDN). A proposta dos moradores, organizados pela Federação das Associações de Favelas do Estado da Guanabara (FAFEG) era a de urbanizar os morros e melhorar as favelas. Enquanto candidato, Negrão de Lima manteve posicionamento contrário às remoções, entretanto, ao assumir o cargo, fatores ligados ao projeto de país da política vigente (ditadura civil militar) impulsionaram seu governo a ser conhecido como o que mais removeu favelas na história da cidade. A gestão de Negrão de Lima é considerada ambígua (GONÇALVES, 2006:6) por defender inicialmente a urbanização, com a criação da CODESCO (Companhia de Desenvolvimento de Comunidades) e por contrapartida, contribuir com a continuidade das remoções e políticas de desfavelização iniciadas por Lacerda anteriormente e continuadas por apelo dos militares, no decorrer da sua administração.

A ESCOLHA PELA REMOÇÃO – TRAGÉDIAS NATURAIS E CLAMOR DA CLASSE MÉDIA

A maior parte dos autores e autoras das teses, livros e artigos utilizados para este trabalho, concordam com o fato de que o projeto remocionista, desde seus primórdios e, principalmente, no fim da década de 1960 e início de 1970 (gestão de Negrão de Lima em plena ditadura civil-militar), não contemplou prioritariamente as necessidades dos moradores removidos. O consenso é de que, em teoria, a erradicação das favelas beneficiaria os favelados, que ganhariam status social, adquiririam um imóvel, e assim, ganhariam a

dignidade que não tinham na favela. Entretanto, neste discurso, percebemos o tom de propaganda política para que os mesmos acatassem a decisão do Estado com mais facilidade e fossem afastados dos bairros nobres e dos centros urbanos do Rio de Janeiro.¹ O investimento da indústria na cidade, impulsionada pela demanda de avanço econômico garantiu ao Estado uma justificativa que ilustrou as remoções, conjuntamente com o mercado imobiliário que ganhou força no período da gestão Negrão de Lima.

Entretanto, é preciso retornar às questões pontuais que fizeram com que tais remoções retornassem com força, após um período de relativa tranquilidade nas favelas. Como as remoções da gestão Negrão de Lima foram justificadas? A partir de que ponto a política habitacional iniciada por Lacerda retorna como alternativa para os favelados?

Analisando a documentação pessoal do governador Negrão de Lima, que já havia sido prefeito da cidade do Rio de Janeiro no período de 1956 a 1958, por nomeação, percebemos em suas falas, cartas enviadas e entrevistas, um político preocupado com sua imagem, mas também, empenhado em melhorar e avançar o Estado da Guanabara. Durante a campanha eleitoral de 1965, Negrão de Lima recebeu inúmeras cartas de empresários, comerciantes, advogados, pessoas da alta sociedade, sendo encorajado e elogiado por seu espírito “patriota”. Foi identificado também como candidato das favelas, recebendo dos moradores desta, apelos em relação à melhoria daquelas localidades e também dos conjuntos habitacionais que estavam inacabados. Seus discursos retomavam sua extensa carreira política e as obras realizadas na cidade do Rio de Janeiro, enquanto prefeito, na ampliação de saneamento e esgoto em áreas abastadas da cidade.² Negrão de Lima era candidato de oposição, porém, percebemos que mantinha uma relação amistosa com os militares ainda no momento de campanha, trocando correspondências com estes de forma saudosa.

Em 5 de dezembro de 1965, o governador inicia seu mandato sob a manchete “Negrão toma posse prometendo governo de paz e trabalho”, no Jornal O Globo. Após 1 mês, enfrentou a primeira tragédia natural sob sua gestão. Em 10 de janeiro de 1966, uma chuva

¹ Nos trabalhos efetuados ainda na década de 1970, Janice Pearlman (1977) e Licia Valladares (1978) atentavam para o caráter excludente e higienista das remoções. Trabalhos posteriores e mais recentes como o de Brum e Mello também retomam este fator de extrema importância para a compreensão do projeto de cidade que era almejada pelo poder público e ainda pela burguesia carioca da época.

² O acervo pessoal de Negrão de Lima está localizado no CPDOC/RJ. Nele constam cartas e telegramas trocados com personalidades e também algumas correspondências de moradores de bairros mais empobrecidos da Guanabara, durante a campanha para o Governo e durante toda sua gestão.

noticiada como “O maior temporal de todos os tempos”³ matou 200 pessoas e desalojou de 30 a 50 mil moradores, em diversos bairros da cidade, principalmente nas Zonas Norte e Sul. Apenas na favela da Rocinha cerca de 70 moradores morreram após o deslizamento de uma pedra durante o temporal.⁴

Nesse contexto, fortalece-se novamente um debate acerca das construções em morros. Durante os meses seguintes, diversos editoriais, nos mais populares jornais da Guanabara, são respaldados por sanitaristas, engenheiros, arquitetos, que propunham a realocação das favelas para locais “salubres”, onde os moradores tivessem garantida a segurança básica de moradia. Apenas um ano após a tragédia, uma outra tempestade atinge o Rio de Janeiro, deixando, dessa vez, apenas no bairro de Laranjeiras, 200 mortos, após o desabamento de dois prédios na Rua Belizário Távora.⁵ A partir desse momento, as remoções tornam-se uma necessidade, aclamada pela classe média.

Os conjuntos habitacionais, inaugurados anteriormente por Carlos Lacerda, receberam novos moradores, porém a demanda por mais casas, colocou novamente as obras em novas localidades do da Cidade-Estado. Diferente dos moradores da extinta Favela do Pinto, que foram enviados em parte para o conjunto habitacional idealizado por dom Hélder Câmara anos antes, ainda na Zona Sul (e grande parte se deslocou para a Vila Kennedy, em Bangu), os moradores de favelas desta vez foram para localidades mais afastadas, principalmente na Cidade de Deus, em Jacarepaguá.

A (NOVA) VIDA DOS REMOVIDOS NOS CONJUNTOS HABITACIONAIS

A ida para os conjuntos habitacionais existentes no subúrbio trouxe para esses cidadãos problemas que não tinham nas favelas onde moravam. O tempo de viagem entre a casa e o trabalho aumentou consideravelmente. O transporte precário realçava o primeiro efeito negativo em relação ao deslocamento na cidade. Além do transporte ruim, lotado e desorganizado, um terço do salário mínimo era dedicado ao transporte para o trabalho (PERLMAN, 1977). Os comerciantes locais que residiam na favela também foram prejudicados nos conjuntos, uma vez que perderam sua freguesia, tiveram que arcar com

³ “Dezenas de mortes no maior temporal de todos os tempos” – O Globo – 11 de janeiro de 1966.

⁴ “Mil desabamentos e cerca de 200 mortos” – Jornal O Globo – 12 de janeiro de 1966.

⁵ Registros do acervo da gestão Negrão de Lima no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

despesas de novas licenças de trabalho, as proibições e regras dos conjuntos e ainda os prejuízos causados pela remoção.

No dia 20 de janeiro de 1974, em um editorial do Jornal do Brasil, os problemas enfrentados pelos então moradores de conjuntos habitacionais e “ex-favelados”, 10 anos depois da remoção, foi exposto de maneira franca.

Transferidos das favelas do Esqueleto (Maracanã), Rocinha e Pasmado (ambas na Zona Sul) para além do quilômetro 35 da Avenida Brasil, os ex-favelados sentiram logo a primeira consequência da mudança: a brusca queda da renda familiar, causada pelo afastamento de suas mulheres e filhos dos antigos empregos em casas e apartamentos e dos biscates sempre fáceis nas áreas povoadas pela classe média. O problema também atingiu os chefes de família empregados que, de repente, se viram a distâncias enormes dos empregos e, por isso, forçados a pagar bem mais caro para chegar no trabalho. Isolados, assim, num ponto da cidade onde só existiam a Vila Kennedy e onde hoje pouca coisa existe mais que isso, os moradores ganharam um desânimo que não conheciam na favela.⁶

Outro aspecto relevante foi a descaracterização do elo e autoconstrução que existia nas favelas. A erradicação proporcionou o afastamento de antigos vizinhos e familiares, pois o envio dos moradores era feito a partir de base financeira. O afastamento destes sujeitos dos seus ambientes compartilhados desmantelou a tese do governo segundo a qual seu objetivo era o de integrar o favelado à sociedade. Nos seus novos locais de moradia passaram e ficar mais longe dos serviços sociais e culturais comuns, sentindo-se cada vez menos cidadãos. A lógica do Estado de que a extinção das favelas melhoraria a vida dos favelados não vingou por, além de outros fatos, a realidade de que a sociedade não é formada apenas de casa própria. O acesso a cinema, teatro, lugares de encontro, feiras, mercados e a praia foram retirados dos pobres. Não havia diversão, nem nos conjuntos, nem próximos a eles, ou seja, não houve aproximação social entre classes e sim o contrário.

Percebemos que a remoção se deu de maneira traumática para muitos moradores (...) houve forte ruptura em relação a vida construída na favela de origem, com laços sociais e familiares desfeitos.⁷

Além disso, foi notório que a taxa de violência aumentou consideravelmente em relação aos morros. O afastamento da Zona Sul deixou o subúrbio a mercê da própria sorte e gestão. Não houve preocupação por parte do Estado em garantir a segurança dos moradores, a

⁶ “Vila Kennedy festeja 10 anos de grande fracasso” – Jornal do Brasil – 20 de janeiro de 1974.

⁷ Ver entrevistas com moradores em: BRUM, Mário Sérgio. Cidade Alta: História, memórias e estigma de favela num conjunto habitacional do Rio de Janeiro. P. 155.

iluminação pública nas ruas do conjunto eram precárias, o que proporcionava ao morador sentimento de medo. “Os que vivem nos conjuntos dizem repetidamente que neles existe mais violência do que na favela, e mais brigas de rua, as crianças são mais maltratadas e existe menos preocupação de uns pelos outros.”(PEARLMAN, 1977:259).

Na análise das atas da assessoria de imprensa do governador Negrão de Lima, encontramos diversas notificações sobre a necessidade de melhorar os conjuntos e, em contrapartida, como notamos na ata do dia 20 de novembro de 1967, havia o anseio por parte da COHAB de cobrar taxas dos favelados residentes nos conjuntos. A alegação era, novamente, a de que agora os moradores não moravam mais em áreas “ilegais”, e por isso, eram cidadãos como todos os outros da Guanabara e tinham assim como eles, deveres fiscais.

Para o Governo Federal (militares) era preciso criar mecanismos de controle sobre as favelas, se aproximar e adentrar seus espaços para garantir que houvesse “ordem”. Diversos decretos foram promulgados para o controle da favela no âmbito jurídico e social. (GONÇALVES, 2006). Os decretos 870/1967 e 3.330/1969 estabeleciam, por exemplo, uma regulamentação dura e burocrática das associações de moradores de favelas. Era uma forma de criar dentro daquele espaço uma instituição que funcionava para o estado.⁸

Os favelados servem ao sistema, como afirma Perlman, economicamente, por aceitarem os salários mais baixos e trabalharem por mais tempo, em empregos que a classe média não aceita. A submissão e aceitação advém do medo e da falta de alternativa. Embora tenham protagonizado situações de resistência às mudanças impostas, ainda lhes era atribuído o papel de passivos e dóceis, quase infantilizados. A respeito da relação entre o favelado e o Estado, Perlman expõe as conexões entre os períodos populista e ditadura:

No primeiro (populista), especialmente entre 1950 e 1964, quando o sistema pediu votos, os favelados votaram, e quando os políticos populistas desejaram organizações locais, eles formaram as Associações de Moradores. No regime autoritarista que se seguiu a 1964 (ditadura), o sistema tem pedido aquiescência e apatia, e os favelados tem sido aquiescentes e apáticos. Em cada época eles desempenham um papel bem definido. (PERLMAN, 1977:305)

Desta forma, podemos também fazer uma conexão entre o período remocionista abordado e sua continuidade nos anos seguintes. Como constatou Burgos no artigo “Dos

⁸ Como Gonçalves aborda, foi “retirado o poder contestatório” dessas associações, uma vez que elas eram, após os decretos, responsáveis por registrar moradores e proibir novas construções, encaminhar ao poder público relatórios, anular eleições internas de assembleias, entre outras arbitrariedades.

Parques Proletários ao Favela Bairro”, o remocionismo foi um processo contínuo, com períodos de maior ocorrência, mas sempre autoritários. Aproximando-nos de nosso tempo, encontramos as mesmas justificativas do poder público para a desapropriação das favelas próximas a locais a serem construídas estradas e prédios direcionados ao público de grandes eventos esportivos, como a Copa do Mundo, que ocorreu em 2014. Os favelados foram, da mesma forma, retirados de seu ambiente e realocados nas áreas afastadas, em conjuntos habitacionais. Como afirma Burgos,

o saldo político da operação (das remoções), ainda hoje estamos computando, sendo difícil subestimar a profundidade do trauma por ela criado, além das consequências produzidas pelo aborto do processo de organização e participação dos excluídos na vida política da cidade. (BURGOS, 2004:53)

As consequências da “era das remoções” são inúmeras e refletiram por anos na estrutura da cidade que se desenvolveu posteriormente. À cidade, em si, a expansão de seu território para o “embelezamento” das áreas nobres e centro, em detrimento das áreas pobres. À classe média, o *status quo* foi mantido através da estratificação social⁹. Aos empresários, interesses comerciais atendidos, uma vez que o mercado imobiliário usufruiu das áreas desapropriadas. Entretanto, as consequências aos moradores da favela foram as mais drásticas. O reforço do “mito da marginalidade” e o afastamento político dos movimentos por autonomia, a escassez de recursos básicos, a subsistência em relação aos cidadãos de classe média. A medida que as remoções ocorreram, observou-se que a proposta higienizadora, que deveria levar aos favelados a vida “digna”, onde teriam uma “casa”, os afastaram cada vez mais da participação ativa como cidadãos da cidade.

A história das remoções na cidade foi amparada por estudos que utilizaram como base as instituições ligadas às favelas. A gestão de Francisco Negrão de Lima proporcionou a análise das remoções, inicialmente pelo viés higienizador, já existente na política urbana brasileira desde o início das construções de barracos em morros. Outro aspecto das remoções

⁹ A estratificação social é, na sociologia, um conceito que explica a delimitação construída à partir de características de um grupo de acordo com suas características em comum, como por exemplo a classe social, o poder aquisitivo e socioeconômico. O processo de estratificação social na cidade do Rio de Janeiro é longo. A desigualdade social na cidade, após a abolição principalmente, delimitou o espaço “favela” como local para pobres, local marginalizado. Até hoje a favela e seus moradores são estigmatizados por estarem num espaço urbano considerado preconceituosamente, inferior econômica, política e culturalmente (o que sabemos não se tratar da realidade palpável das favelas, uma vez que a economia interna e seus moradores são um grupo heterogêneo e a cultura favelada é cada vez mais frequente no “asfalto”).

efetuadas pelo Governo da Guanabara no período entre 1966 e 1971, é questão econômica. Ao tratarmos da desapropriação de casas em favelas da Zona Sul carioca, tratamos do processo de gentrificação, onde as classes dominantes garantiram sua permanência através de representantes políticos que legitimaram a retirada dos pobres de áreas nobres. O fator que legitimou esse discurso foram as enchentes e tempestades, entretanto, diversos setores foram beneficiados economicamente, principalmente as empresas construtoras, a CHISAM, os investidores. Como sintetiza Mello,

A remoção, segundo o discurso remocionista, regeneraria socialmente o favelado. Utilizando-se de uma lógica de determinismo ambiental, o programa de remoções partia do pressuposto de que o ambiente inadequado era o responsável pela degeneração de seu habitante. Ademais, havia a argumentação pautada na questão da ilegalidade da terra. De modo que transformar o invasor em proprietário também era parte importante do processo de regeneração e de incorporação ao sistema capitalista. Por fim, a dimensão de organização do espaço urbano, segundo a qual separar territorialmente as áreas residenciais destinadas a diferentes classes sociais e colocar as classes populares próximas às áreas de uso industrial tratava-se de uma medida adequada. (MELLO, 2014:182)

Outro aspecto econômico é pautado no contexto específico do período estudado, onde a indústria se expandia no país, e a cidade alocou polos nas áreas afastadas do centro. Sendo assim, a escolha por ocupar as áreas próximas às indústrias e empresas pode ser considerada economicamente favorável aos empresários.

Percebemos que a intervenção pública nas favelas se deu de diversas formas, sendo a remoção a solução prática ao “problema favela”. O contexto histórico do período em que Negrão de Lima atuou como governador proporcionou a interrupção do desenvolvimento democrático nas camadas sociais, e o pensamento conservador tomou força. Isso se deve muito à fatores oportunamente utilizados como justificativa, como os desastres naturais e também, por conta da efervescência da Guerra Fria, quando a ditadura empresarial-militar se posiciona vigilante sobre a “ameaça comunista”, e estes reforçavam o caráter subversivo “natural” do morador de favela, e por isso, deveriam ser observados e controlados.

. A proposta inicial de Negrão de Lima, a de urbanizar as favelas, foi contestada por setores que se beneficiaram economicamente. O legado deixado pelo declaradamente anticomunista Carlos Lacerda, teve continuidade em relação à “desfavelização” da Guanabara. No aspecto social, o entrave das manifestações políticas atrasou a movimentação que ocorria nas favelas, na luta por direitos. Tais fatores fizeram com que o período não fosse favorável para o favelado que, antes via em Negrão a solução para melhorias na vida dos

pobres, porém se viu no centro de uma teia política, pautada num projeto neoliberal instituído pela ditadura-civil militar, e isso freou o avanço das camadas mais pobres da sociedade.

UMA DISPUTA DE CLASSES

O historiador norte americano Mike Davis, em seu livro “Planeta Favela”, aponta questões sociais, econômicas e culturais que configuram a vida das pessoas que moram em favelas em todo o mundo. Principalmente em países em desenvolvimento, estes são os mais afetados pela ideia de progresso urbano, uma vez que marginalizados são cada vez mais afastados e privados do convívio social com as outras camadas da sociedade. Considerando a realidade e especificidades brasileiras, no pleito antidemocrático existente no período analisado, o Rio de Janeiro dos anos 1960 até 1980 protagonizava um problema mundial, onde

A segregação urbana não é um status quo inalterável, mas sim uma guerra social incessante na qual o Estado intervém regularmente em nome do “progresso”, do “embelezamento” e até da justiça social para os pobres”, para redesenhar as fronteiras espaciais em prol de proprietários de terrenos, investidores estrangeiros, a elite com suas casas próprias e trabalhadores de classe média. (DAVIS, 2006:106)

Podemos contextualizar esta realidade à vida dos pobres no Rio de Janeiro. A vida nas Companhias de Habitação (COHAB) era difícil. Em sua pesquisa, a antropóloga Janice Perlman entrevistou e visitou antigos moradores de favelas, agora em suas novas habitações. Em geral, a reclamação inicial era o fato de as casas escolhidas pela CHISAM para as famílias, não considerar a aproximação afetiva existente na favela. Antigos vizinhos, amigos ou parentes, não continuavam a conviver no dia a dia.

As famílias principiavam assim nova vida num novo ambiente, com a impressão da perda do lar e da comunidade ainda fresca em seus espíritos, e com a sensação de terem sido logrados pelo órgão encarregado pela remoção; começavam assim a experimentar algumas das consequências da mudança. Este caso confirma outras conclusões que se avolumam, para o Brasil e outros países em desenvolvimento, e que documentam uma crescente insatisfação quanto a tais transferências e suas devastadoras repercussões econômicas, sociais, culturais, políticas e físicas. (PERLMAN, 1977:253)

Sendo assim, notamos que os anos de 1968 até 1971 foram penosos e fatídicos para as favelas. A grande quantidade de pessoas realocadas, alheias a sua própria vontade, em locais

que não abrangiam suas necessidades evidenciou o real intuito do Estado, que era “desfavelizar” localidades onde lucrariam mais com a venda de terrenos, concessão para empreiteiras e empresários e especulação imobiliária. A estratificação social, conjuntamente com a gentrificação dos ambientes balizou as ações de remoção dos pobres das áreas nobres.

O posicionamento de Negrão em relação às remoções é um tanto nebuloso. De opositor de sua implantação e defensor da urbanização durante as eleições e o início de seu mandato, foi durante sua gestão que foram realizadas as maiores remoções da história desta cidade. O comportamento ambíguo do governo estadual pode, em parte, ser compreendido a partir das medidas interventoras de um governo federal que se assumia cada vez mais repressor. (MELLO, 2014:148-149)

Grande parte das pesquisas relacionadas ao tema remoção durante a ditadura elucida o fato de que, mesmo a memória popular indicando Carlos Lacerda como o maior governador remocionista, foi durante a gestão de Negrão de Lima que os interesses das classes dominantes estiveram garantidos de maneira mais eficiente, devido ao apoio dos militares (com decretos, repressão). Fatores como as imprevisíveis chuvas e enchentes ocorridas em 1966 e 1967, deram aos meios de comunicação e ao *lobby* interessado em novas construções na Zona Sul, argumentos para pressionar o governador. Outro fator que marcou a gestão do governador Negrão de Lima foi a localização das favelas removidas: enquanto Lacerda erradicou a maioria das favelas no entorno da região central da cidade, Negrão de Lima focou na Zona Sul, o que demonstra o caráter higienizador e capitalista das remoções efetuadas pela CHISAM (Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana).

O papel representado pelos meios de comunicação da época retrata claramente o tom da classe média e seu verdadeiro anseio: o afastamento dos pobres. Se em setembro de 1968 o *Jornal do Brasil* publica uma crítica, acusando o Governo da Guanabara de não combater o surgimento de novas favelas¹⁰, em maio de 1969, após as grandes remoções, escrevem um elogio – “O governo está no caminho certo - finalmente” -, pressionando o governo a manter as remoções, pois, segundo o jornal, “falta-lhe um pouco mais de entusiasmo para resolver a questão em definitivo, o que só será possível quando tombar o último barraco da paisagem carioca”.¹¹ Para as classes dominantes, era interessante manter os espaços da cidade delimitados. Eram utilizadas diversas formas para a manutenção do preconceito, sobretudo de

¹⁰ “Nova favela nasce livremente perto do Rebouças” – *Jornal do Brasil* – 29 de setembro de 1968.

¹¹ “Integração de favelados” – *Jornal do Brasil* – 18-19 de maio de 1969.

classe, pois este preenche a demanda político-ideológica para preservação da ordem social existente no capitalismo. Menosprezou-se a cultura da favela, sendo o samba, o carnaval, a dança e as diversas expressões de arte consideradas pobres por fazê-los esquecer de sua condição “sub-humana”. Este discurso permeou e estruturou toda a conjuntura de ações do Estado, que removeu, não apenas seus barracos, mas sua característica social.

A abordagem social a respeito das remoções de favelas traz a tona importantes nuances que nos permitem compreender conceitos trabalhados nas áreas da História, Ciências Sociais e do Direito.

Sobre “direito à cidade” nos voltamos à obra de Henri Lefebvre, escrita em 1968. O autor analisa o espaço urbano e sugere reformas para a “reinvenção” da cidade, de modo que esteja integrada a realidade de seus cidadãos. Marxista, o autor coloca a classe trabalhadora como a maior impulsionadora dessa reorganização da cidade, uma vez que sem a motivação social de usufruir a cidade de forma completa, serão as classes privilegiadas as que usufruirão do espaço urbano.

Portanto, a crítica central do livro de Lefebvre (1968) é ao Estado. Deste modo, inserimos no contexto da população favelada do Rio de Janeiro o lugar de classe trabalhadora que impulsionava as mudanças e reformas de melhorias básicas nas favelas, mas eram sufocadas pelos interesses de setores ricos e interessados em crescimento puramente econômico de determinada camada da sociedade. Assim como Lefebvre explicitava que a cidade deve ser construída e repensada em prol dos seus moradores e

A reflexão teórica vê-se obrigada a redefinir as formas, funções, estruturas da cidade (econômicas, políticas, culturais, etc.), bem como as necessidades sociais inerentes à sociedade urbana. (LEFEVRE, 2001:103)

Em concomitância com Lefebvre, David Harvey aborda o tema em “Cidades rebeldes”. A questão é aprofundada e através de pesquisas, o geógrafo observa as práticas que o capitalismo exerce em conveniência com o Estado, e que acabam por reproduzir a desigualdade nos espaços urbanos. Harvey elabora um estudo atual e conclui que nas sociedades modernas é preciso que haja a colaboração estatal e da iniciativa privada para o investimento devido ao espaço, mas, principalmente, aos moradores. Entretanto, paradoxalmente, este investimento quando puramente idealizado para garantir retorno econômico, reproduz as crises do capitalismo dentro daquele lugar, neste caso, das favelas.

Retornando a Lefebvre, Harvey propõe uma reivindicação com alternativas não-capitalistas para que o próprio cidadão usufrua do espaço em que vive, remetendo assim às próprias lutas internas daquele espaço. Neste sentido, observamos que no contexto da resistência favelada durante as duras tentativas de remoção, os moradores fazem parte dessa “rebeldia” remetida à ideia de que, enquanto favelados, são antes, cidadãos.

Podemos fazer uma análise simplória da escolha pela erradicação das favelas do Rio de Janeiro a partir do recorte de classe e pelo forte caráter de estratificação social existente no pensamento da classe média urbana carioca. O governador que chegou ao poder com o voto dos mais pobres, rendeu-se à pressão das reformas utilizadas pela ditadura civil-militar, que entendia a favela como: 1) espaço subversivo a ser eliminado e 2) localização propícia para construção de prédios destinados aos ricos. Mesmo sendo eleito por fazer oposição ao governo vigente, e tendo prometido e assinado acordo com os representantes da FAFEG durante a campanha eleitoral de 1965, o governador criou mecanismos, junto ao governo federal que facilitaram as remoções.

A partir da análise do jornais, percebemos a forte pressão realizada para que houvesse a erradicação prometida pela CHISAM, coordenadoria criada para remover e realocar os favelados em casas construídas com financiamento do BNH pelas COHABS. O discurso utilizado para o convencimento dos moradores de favelas era o de que estes, para serem considerados e sentirem-se parte da sociedade carioca, deveriam adquirir sua casa própria e morar em locais com asfalto, saneamento básico e assim sua dignidade seria finalmente estipulada. Entretanto, concluímos que esse discurso paternalista de auxílio a pobreza atendia, principalmente os interesses dos mais ricos.

Quando havia resistência por parte dos moradores, ligados ou não à FAFEG, estes eram duramente reprimidos pelo estado autoritário que cuidava para manter as classes bem definidas por renda e cor. O convencimento e o uso do poder levaram famílias para bairros do subúrbio, onde não tinham opção de lazer, de interação social, e ainda havia precariedade de serviços como educação, saúde e segurança. Os favelados que antes tinham acesso à mercados, escolas, praças e praia, e viviam próximos de seus empregos em casas de ricos, comércio, podiam fazer “bicos” e conheciam o espaço onde viveram, eram agora estranhos em seus lares de tijolo e cal.

Francisco Negrão de Lima foi passivo às suas promessas eleitorais quanto às favelas, e ativo na efetivação do projeto de erradicação criado por Lacerda e apoiado pelo Regime Militar. Ele não sustentava a política de remoção sozinho, e tinha o apoio da sociedade civil-empresarial que se beneficiava das obras, da classe média preconceituosa, que depositava na favela e no favelado o estigma da marginalidade, e, principalmente do aparato do projeto de cidade dos militares em concomitância com a burguesia. Foram muitos os fatores que, em conexão, tornaram o palco da “era das remoções”¹² possível. O fator higienizador, econômico-industrial, imobiliário, habitacional. Todas as esferas do poder público foram afetadas pelo projeto de erradicação das favelas cariocas.

FONTES:

Jornal O Globo, Jornal do Brasil, Jornal Correio da Manhã.
Atas do acervo de Negrão de Lima no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.
Documentação pessoal de Negrão de Lima no acervo do CPDOC/FVG.

BIBLIOGRAFIA

¹² Frase utilizada por Mario Brum em seus trabalhos e que sintetiza o período vivido pelos favelados nas décadas de 1960 e início da década de 1970.

BRUM, Mario Sérgio Inácio. *Cidade alta: história, memórias e estigma de favela num conjunto habitacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012.

BURGOS, Marcelo Baumann. Dos parques proletários ao favela-bairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro. In: *Um século de favela*. ALVITO, Marcos e ZALUAR, Alba (org.). Rio de Janeiro: FGV, 2004.

CHISAM. Metas alcançadas e novos objetivos do programa. BNH / Ministério do Interior. Rio de Janeiro, 1971.

CHISAM. Origem – Objetivos – Programas – Metas. Rio de Janeiro: BNH / Ministério do Interior, 1969. P.28.

DAVIS, Mike. *Planeta Favela*. Tradução de Beatriz Medina. São Paulo, Boitempo, 2006.

GOVERNO DO ESTADO DA GUANABARA. *Rio: Operação Favela*. Rio de Janeiro, IDEG. A interpenetração das áreas faveladas e áreas industriais no Estado da Guanabara. 1969.

GONÇALVES, Rafael Soares. “As Políticas, O direito e as favelas do Rio de Janeiro: Um breve olhar histórico.” In: *Urbana*, vol. 1, 2006. <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/urbana/article/view/8635115> [Acesso em: Junho de 2017]

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.
_____. *Cidades rebeldes. Do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 2014

LEBFEVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

MELLO, Juliana Oakim Bandeira de. “*Urbanização sim, remoção não! A atuação da Federação das Associações de favelas do Estado da Guanabara nas décadas de 1960 e 1970*.” 2014. 218f. Dissertação de Mestrado em História, UFF. Niterói, 2014.

PERLMAN, Janice. *O mito da marginalidade. Favelas e política no Rio de Janeiro*. São Paulo: Paz e Terra, 1977

VALLADARES, Lícia do Prado. “*Passa-se uma casa*”: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.